

## TERMO DE REFERÊNCIA

### **OBJETO: REGULAR A AQUISIÇÃO DE FOGÃO ELÉTRICO PORTÁTIL DE MESA.**

#### **1. REQUISIÇÃO DO SETOR TÉCNICO RESPONSÁVEL**

DEPTO. REQUISITANTE: Diretora Executiva do Cides

SERVIDOR(ES) RESPONSÁVEL(IS): Ecione Cristina Martins Pedrosa

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1 Geral:** Aquisição de fogão elétrico portátil de mesa, tipo cooktop por indução, com 02 (duas) zonas de aquecimento, destinado ao atendimento das necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES.

#### **1.2 Descrição Detalhada:**

1.2.1 O objeto do presente processo é a seleção de propostas visando a aquisição de fogão elétrico portátil de mesa, tipo cooktop por indução, com 02 (duas) zonas de aquecimento, conforme especificações mencionadas abaixo deste Termo de Referência, para atender as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES em sua sede e nas suas atividades.

1.2.3 O objeto terá como critério de julgamento por menor preço global, inclusos no preço ofertado todos os custos com fornecimento e entrega (frete, por exemplo).

1.2.4 A entrega deve ser em até **7 (sete) dias** após o envio da ordem de entrega.

1.2.5 Os itens deverão estar de acordo com as descrições deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	<b>FOGÃO ELÉTRICO PORTÁTIL DE MESA, TIPO COOKTOP POR INDUÇÃO</b> , DISPENSANDO A UTILIZAÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS; COM 02 (DUAS) ZONAS/QUEIMADORES DE AQUECIMENTO; MESA COM ACABAMENTO EM VITROCERÂMICA RESISTENTE E DE FÁCIL LIMPEZA; CHAPA DE AQUECIMENTO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 3000W; NO MÍNIMO 05 (CINCO) NÍVEIS DE CONTROLE DE TEMPERATURA; INDICAÇÃO LUMINOSA DE AQUECIMENTO; PAINEL DIGITAL TOUCH; SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA PARA BLOQUEIO DO PAINEL, EVITANDO ACIONAMENTO OU UTILIZAÇÃO NÃO INTENCIONAL; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; COR PRETA; <b>ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220V</b> ; PRODUTO	1 UNIDADE

COM REGISTRO/CERTIFICAÇÃO NO INMETRO; PRODUTO NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA CONFORME PREVISTO NA LEI Nº 8.078/90 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).
--

**1.3 Adjudicação:**

- ( ) Por item.  
( ) Por grupo de itens.  
(X) Global

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (justificativa da necessidade):**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de fogão elétrico portátil de mesa, tipo cooktop por indução, destinado ao atendimento das demandas internas do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, proporcionando melhores condições de apoio às atividades administrativas, institucionais e operacionais desenvolvidas pela entidade.

A aquisição do equipamento visa garantir maior praticidade, eficiência, segurança e economia no preparo e aquecimento de alimentos e bebidas utilizados nas rotinas internas e em eventuais reuniões, capacitações, treinamentos e eventos promovidos pelo Consórcio.

A opção pelo modelo de indução elétrica mostra-se mais vantajosa em razão da maior segurança operacional, por dispensar a utilização de botijão de gás, além de apresentar aquecimento mais rápido, controle preciso de temperatura, facilidade de limpeza e menor risco de acidentes.

Ademais, a exigência de características como trava de segurança, painel touch, indicação luminosa de aquecimento e certificação junto ao INMETRO busca assegurar a aquisição de equipamento com padrões adequados de qualidade, durabilidade e segurança, atendendo às normas técnicas e às necessidades institucionais do CIDES.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e segurança administrativa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**3. ALGUM REQUISITO ESPECÍFICO E OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.**

Não.

**4. ALGUM REQUISITO DESEJÁVEL, MAS NÃO OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.**

Não.

**5. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO** – baseada em pesquisas prévias com fornecedores; consultas a sites especializados; etc. – **indicar a(s) fonte(s):**

**SOB  
SIGILO**

#### **6. LOCAL DE ENTREGA:**

A entrega do objeto deverá ocorrer na Sede do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, localizada na Avenida Cesário Alvim, Nº 4.610, Bairro Custódio Pereira, Município de Uberlândia/MG.

#### **7. EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA/MANUTENÇÃO OU GARANTIA? SE SIM, DETALHAR.**

Sim. O equipamento deverá possuir garantia mínima conforme previsto na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, contada a partir da data do recebimento definitivo do produto.

Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição, reparo ou correção de eventuais defeitos de fabricação, funcionamento ou vícios do produto, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

Caso seja constatado defeito no equipamento durante o período de garantia, a contratada deverá promover o atendimento em prazo razoável, realizando os reparos necessários ou efetuando a substituição do produto por outro de características equivalentes ou superiores, em perfeitas condições de uso.

A assistência técnica poderá ser prestada por rede autorizada do fabricante, devendo o fornecedor disponibilizar canais de atendimento para suporte e acionamento da garantia.

#### **8. INFORMAÇÕES/OBRIGAÇÕES GERAIS DA FUTURA CONTRATADA.**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo respectivo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **2. PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO**

2.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## **3. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da nota de empenho;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



3.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

3.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme regras já expostas.

3.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.14. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.15. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

3.16. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

#### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

a) Cumprir todas as obrigações expostas neste Termo de Referência e demais documentos que regem este Processo;

b) Cumprir todas as obrigações firmados em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- f) Comunicar o Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar e manter meios de comunicação eficientes, durante e após a execução do objeto;
- i) Fornecer o equipamento em estrita conformidade com as especificações, condições, características e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- j) Entregar o produto novo, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento, acompanhado de manual de instruções, acessórios e demais itens necessários à sua adequada utilização;
- k) Garantir que o equipamento possua certificação e/ou registro junto ao INMETRO, quando aplicável, atendendo às normas técnicas e de segurança vigentes;
- l) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade do produto fornecido, bem como por quaisquer danos, defeitos, vícios ou irregularidades decorrentes do fornecimento;
- m) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Contratante, qualquer equipamento que apresente defeito, avaria, incompatibilidade ou desconformidade com as especificações exigidas;
- n) Responsabilizar-se pelas despesas de transporte, entrega, carga, descarga e demais custos necessários ao fornecimento do objeto;
- o) Cumprir os prazos de entrega estabelecidos, comunicando formalmente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas;
- p) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- q) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante;
- r) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução do objeto;
- s) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, relacionada ao fornecimento do objeto;
- t) Observar e cumprir todas as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública;

## **5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CIDES.

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

18.04.122.1001.2.0001.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Resolução Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **6. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

6.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

6.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- d) Multa:
  - I – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - II – compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 133, §1º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 132, §2º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 148 da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 138, I da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 160 da Resolução CIDES 11/2023):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 176 da Resolução CIDES 11/2023.

Uberlândia/MG, 12 de maio de 2026.

**LIDIANY SILVA ABREU**

**NICOLLAS SILVA OLIVEIRA**

Membros da Equipe de Apoio

**MÁRCIA MARTINS DUARTE**

Membro da Equipe de Apoio

*Aprovado por:*

**ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA**

Agente de Contratação